

Padrões de vida na velhice. Perfis sociais e contextos familiares

Rosario Mauritti

O que é que distingue do ponto de vista social o conjunto que normalmente designamos de idosos? Quais os critérios que preferencialmente apoiam a construção social desta categoria?

Numa primeira aproximação, considerando o plano das representações, encontramos dois grandes blocos de representações nos discursos dominantes sobre a velhice:

Por um lado, os discursos da velhice negativa, onde se sublinham, fundamentalmente, as situações de pobreza, isolamento social, solidão, doença e dependência.

Por outro lado, os discursos dirigidos aos “menos jovens”, que não se enquadram no modelo anterior, e onde os mesmos são projectados, preferencialmente, como potenciais segmentos específicos de consumos. Neste âmbito, a velhice é associada de forma apelativa a designações positivas que a projectam num tempo de lazer, de liberdade e de autoaperfeiçoamento —, associada a expressões como “universidade da terceira idade”, “turismo sénior”, etc.

Estes dois pólos de representações das condições de vida na velhice estão ainda patentes numa segmentação, igualmente dicotomizada, desta última fase do trajecto de vida, onde se associa o primeiro conjunto a uma “4.ª idade”; e o segundo à “3.ª idade” ou à idade de reforma, propriamente dita.

A par destas representações, e reflectindo algumas alterações fundamentais quer nas condições que envolvem, sobretudo, o início desta última fase do ciclo de vida — em termos de saúde, longevidade/esperança de vida —, quer o peso crescente que este segmento representa no conjunto da população, surge o conceito de “envelhecimento activo”. O qual apela a uma mudança de paradigma nas modalidades sociais e institucionais de integração das pessoas idosas.

Do ponto de vista da análise estatística, os diversos estudos, nomeadamente do INE, tendem a assumir como patamar mínimo de entrada na categoria de idosos os 65 anos, idade a partir da qual o peso de inactivos-reformados ultrapassa o conjunto de indivíduos inseridos na actividade.

No entanto, a abordagem aqui desenvolvida detém ainda o escalão dos 55-64 anos. Localiza-se nesta faixa etária, uma proporção expressiva de indivíduos já em situação de inactividade, seja na sequência de uma antecipação da reforma, seja, no caso sobretudo das mulheres, pelo peso de domésticas.

Na sociedade contemporânea muito estruturada pelo trabalho, é provável que boa parte dos que estão integrados neste escalão etário, apesar de terem pela frente, ainda, uma esperança de vida média que ultrapassa provavelmente os 20 anos, se vejam por força da situação de inactividade, esvaziados do *status* social que lhes conferia a situação profissional anterior e, por esta via, com posicionamentos relativos no espaço social que os aproximam, mais do que distanciam, dos patamares etários superiores.

Esta delimitação da velhice a partir do escalão dos 55 anos é ainda apoiada por tendências registadas em outros indicadores:

Desde logo, do ponto de vista da estrutura de qualificações: no escalão dos 55-64 anos cerca de um terço dos indivíduos não concluiu qualquer grau de escolaridade. Uma situação que se acentua significativamente à medida que avançamos na estrutura etária, atingindo proporções acima dos 50%. Isto numa sociedade como a actual, onde ter o ensino básico já não é garantia de uma inserção laboral e social estruturada e minimamente qualificada.

Uma análise por contextos sociofamiliares realça que é sobretudo a partir de escalão 55 anos que o núcleo alargado (constituído maioritariamente por casais com crianças/jovens), se restringe ao casal e posteriormente, (sobretudo, a partir dos 75 anos), à família unipessoal.

Todos estes indicadores, indicam, de facto, o patamar etário de 55 anos como uma idade que em diferentes dimensões sociais representa um momento de viragem no ciclo de vida.

Se pensarmos que entre as pessoas idosas as mulheres representam o maior segmento de não escolarizados, podemos deduzir, a partir desta relação, que boa parte das idosas-inactivas no momento de inquirição, muito provavelmente, poderão ter vivido essa situação de inactividade pelo menos durante períodos relativamente prolongados dos seus trajectos individuais/familiares (com o casamento, com o nascimento dos filhos, ou para prestar cuidados a outros familiares doentes ou idosos).¹⁶⁹ Assim, menos qualificadas e com rendimentos mais escassos dos que os seus congéneres masculinos (desde logo, em virtude de carreiras contributivas mais curtas), e também mais sujeitas ao isolamento, sobretudo, na fase mais avançada da velhice, onde a incidência de doenças crónicas é mais frequente, as mulheres constituem, muito provavelmente, um dos segmentos mais fragilizados do conjunto em análise.

Como se traduzem estas regularidades sociais no espaço topológico de padrões de vida destes indivíduos e respectivas famílias?

É este o objecto das análises multidimensionais que se desenvolvem seguidamente, com base num modelo de análise que articula, sob diversas perspectivas, alguns dos vectores centrais de estruturação do espaço social e das formas de existência social contemporâneas, como seja o “trabalho”, as “qualificações” e ainda os “consumos”. A partir da exploração analítica das influências recíprocas, que se estabelecem entre estes vectores, procura-se ensaiar uma tipologia de diferentes padrões de vida dos mais idosos.¹⁷⁰

¹⁶⁹ Diversos estudos têm demonstrado esta relação. Refira-se a título ilustrativo, Ana Nunes de Almeida (1993, 1998), numa pesquisa desenvolvida no Barreiro junto de famílias do operariado. De acordo com os dados do INE relativos ao *Inquérito ao Emprego*, 2.º trimestre de 2000, no conjunto da população com 15 e mais anos, representam 14,0% as mulheres que apontam como principal motivo para abandonado da última actividade “razões pessoais/familiares” (contra apenas 2,7% de homens). Já no segmento feminino com 55 e mais anos, essa percentagem desce para 9,4%, entre as quais o casamento representa 3,8%, cuidar de crianças 2,3% e cuidar de idosos ou incapacitados 1,0%.

¹⁷⁰ Este modelo de análise foi desenvolvido no quadro de um projecto do CIES, intitulado “Padrões de vida: perfis e tendências na sociedade portuguesa contemporânea (desenvolvimentos conceptuais e exploração analítica de microdados estatísticos)”, sob a coordenação científica do Professor Doutor António Firmino da Costa, aprovado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do POCTI e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER. Referência: POCTI/36483/SOC/2000.

A figura n.º 1 ilustra os resultados dessa análise. O aspecto mais saliente na configuração topológica aí representada prende-se com a multidimensionalidade e complexidade que caracteriza a estruturação do espaço de padrões de vida das pessoas idosas, nos diversos patamares de práticas de consumo. Esta projecção põe em destaque um conjunto muito expressivo de regularidades sociais, subjacentes à distribuição hierarquizada das categorias de uma multiplicidade de indicadores.¹⁷¹

Numa perspectiva global, observando o posicionamento relativo dessas categorias no plano definido pelos dois primeiros eixos, é notável a sua forma aproximadamente parabólica – conhecida pelo efeito de Guttman. Tal, decorre do facto de, independentemente da esfera de consumo, as categorias que traduzem patamares semelhantes, estarem posicionadas de forma ordenada e, em termos de distância relativa, próximas umas das outras.

Nos extremos da distribuição, claramente destacadas mesmo dos conjuntos de que mais se aproximam, posicionam-se as categorias mais diferenciadoras, correspondentes a padrões de consumo minoritários: no quadrante 1, a categoria associada a altos níveis de consumo de produtos/serviços culturais; no quadrante 2, a categoria que traduz baixos consumos do que se designou de tecnologias correntes (estão aqui os indivíduos integrados em famílias que detêm no máximo três das tecnologias que compõem este índice: por exemplo, fogão e/ou televisão e/ou frigorífico).

Estendendo a análise para o conjunto dos índices, subjacentes a esta oposição das categorias extremas, verifica-se uma relativa bipolarização entre, por um lado, os consumos muito baixos ou mesmo ausentes nos cabazes destes indivíduos e respectivas famílias e, por outro lado, os consumos médios a elevados.

Desta forma estabelecida a configuração do espaço topológico de consumos, para uma melhor ilustração da distribuição dos diversos segmentos-tipo, e tendo em vista poder determinar o peso relativo de cada um face ao conjunto, sob a análise de homogeneidade foi desenvolvida uma análise de cluster. Os resultados desta abordagem estão projectados na figura n.º 2.

Tendo em conta a multiplicidade de indicadores operacionalizados, é possível identificar cinco perfis-tipo de padrões de vida das pessoas com 55 e mais anos (figura n.º 2).

Vejamos então como se configuram os diversos perfis destacados.

Perfil A: *velhice de pobreza*. Com uma representatividade de conjunto na ordem dos 23,8%, caracteriza-se por uma constelação de não-práticas em todos os vectores de consumo considerados. A estes elementos reveladores de patamares de rendimento muito baixos, associam-se, significativamente, os segmentos de idosos com menores recursos, tanto do ponto de vista de qualificações escolares, como das redes familiares. Do ponto de vista etário o escalão aqui posicionado é o dos muito idosos, com 75 e mais anos, registando-se

¹⁷¹ Os indicadores que configuram os vários blocos temáticos de dimensões de consumo foram submetidos a diversas análises das componentes principais (ACP), até chegarmos a uma solução final, a qual uma vez estabelecida, e tendo em conta que o objectivo da análise era averiguar o modo como se articulam entre si, configurando um espaço topológico de padrões de vida de segmentos da população idosa, foi então aprofundada a partir de análises de homogeneidade.

ainda alguma sobrerrepresentação de mulheres. Quanto à principal razão de transição para a inactividade, localizam-se junto deste perfil A, sobretudo, os indivíduos que declaram ter acedido à reforma por idade.

Neste perfil A, o predomínio do contexto rural, remetendo frequentemente para formas de sociabilidade e redes de entre-ajuda comunitárias e de vizinhança mais intensas poderá, eventualmente, compensar o isolamento e as situações de pobreza extrema sugeridas por este quadro.

Perfil B: *velhice precária*. Envolvendo 33,1% do total, este conjunto caracteriza-se por níveis de consumo elementares ou de sobrevivência em vectores do quotidiano como a alimentação, o vestuário, a saúde e os transportes; registando alguma proximidade ao perfil analisado anteriormente, sobretudo, pela ausência de consumos em práticas culturais e novas tecnologias. Por outro lado, traduzindo provavelmente a perda de algum poder de rendimento que deteriam no passado, destaca-se no cabaz de consumos destes indivíduos e respectivos agregados familiares a presença, em limiares que não deixam de ser expressivos, de algumas das tecnologias de uso corrente (com patamares de consumo que se estendem ao nível 3, numa escala de 5 posições).

A análise das variáveis de caracterização social destaca, junto deste perfil B, o peso de famílias residentes em contextos semi-urbanos, de casais e dos indivíduos com 65 a 74 anos. Posiciona-se ainda aqui a categoria dos que acederam à reforma por doença, apesar de tal não se reflectir numa maior incidência de consumos em saúde. Finalmente, num espaço, como se referiu antes, estruturado fundamentalmente pela dimensão 1, do ponto de vista das qualificações escolares, este conjunto caracteriza-se, como o anterior, pelo predomínio de não escolarizados.

Perfil C: *velhice remediada*. Com um peso de 28,3%, este perfil caracteriza-se por padrões de práticas de consumo de nível médio nas diversas componentes em análise. Aqui os consumos mais distintivos (desde logo, no sentido que lhe confere Bourdieu), ligados às práticas culturais e à utilização de “novas tecnologias”, pautam por uma relativa segmentação interna do conjunto, já que correspondem às vertentes com consumos mais dispersos, localizados entre os patamares 2, 3 e 4.

Significativamente, do ponto de vista das qualificações escolares, posicionam-se aqui, com particular incidência, os indivíduos que adquiriram o ensino básico, os activos, e os localizados preferencialmente no escalão de 55 a 64 anos. Do ponto de vista do género regista-se, junto deste perfil C, uma representação masculina superior há que encontramos no total da distribuição. Finalmente, os contextos familiares que mais se destacam aproximam-se também dos que predominam no segmento activo da população portuguesa: as famílias constituídas pelo casal e outros elementos, enquanto a situação conjugal predominante é a dos casados.

Perfil D: *velhice autónoma*. Com uma representatividade de 11,5%, caracteriza-se por patamares médio-altos de práticas nas diversas componentes consideradas, traduzindo condições gerais de vida de algum conforto e estabilidade. A inserção em contexto urbano, distingue nos padrões de consumo destes indivíduos, a importância que revestem as despesas em transportes públicos, bem como o acesso aos cuidados de saúde.

Perfil E: *velhice distintiva*. Englobando apenas 3,3% do conjunto em análise, caracteriza-se por um forte volume de práticas em todos os vectores consi-

derados. A distinção sugerida por este quadro é ainda reforçada quando se observam os posicionamentos relativos dos diversos vectores, os quais configuram um perfil predominantemente estruturado pela presença, nas respectivas famílias, de uma componente forte de práticas culturais, pela disponibilidade de novas tecnologias de lazer, comunicação e lar, por um grande investimento em vestuário e imagem pessoal e ainda na habitação. Significativamente, a diferenciação deste perfil E, estende-se a uma relativa preferência, nos padrões alimentares, pela alimentação preparada (veja-se quadro n.º 3) e ainda, no que respeita ao transporte, por uma presença mais expressiva de despesas em veículos de transporte próprio, em detrimento do transporte público.

Do ponto de vista dos elementos de caracterização social os perfis D e E envolvem os conjuntos mais qualificados dos indivíduos em análise. No respeitante aos contextos familiares, estão aqui posicionados, preferencialmente, os idosos inseridos em famílias extensas, que incorporam várias gerações, registando-se ainda uma relativa incidência de divorciados e, também, de casados. Nas relações com a actividade evidencia-se nestes perfis uma relativa dicotomização entre um conjunto expressivo (cerca de 50%) que ainda permanece na actividade e um outro composto por diversas categorias de inactivos, sobretudo reformados. Encontramos nestes dois perfis D e E, propriamente, as categorias da “3.ª idade”, ou seja, os indivíduos que acederam à reforma por tempo de trabalho ou ainda na sequência de processos de pré-reforma. A dicotomização actividade/inactividade estende-se a uma composição por género onde os homens predominam ligeiramente em relação às mulheres. Do ponto de vista dos escalões etários, como no perfil C, estão aqui os conjuntos dos activos-idosos/ “jovens velhos”, localizados com maior incidência no escalão 55-64 anos.

Ficou relativamente claro, nesta reflexão, a importância que reveste na estruturação dos diversos conjuntos de práticas sociais o nível de qualificações detido pelos respectivos protagonistas sociais. Já na componente socio-profissional, e tendo em conta que se procura estudar estes processos como resultados de estratégias e trajectórias ligadas a condições de vida e de trabalho, os indicadores que ilustraram a análise ficaram aquém do que se pretendia. E isto quer escassez de indicadores de caracterização socioprofissional, quer, porque os disponíveis remetem fundamentalmente para contextos do presente. Um presente que se define para a larga maioria destas pessoas pela inactividade, decorrente sobretudo da reforma.

Numa perspectiva complementar à desenvolvida até agora, e tendo em vista integrar nesta análise elementos reportados ao trabalho, observando as suas articulações, em regime de autonomia relativa, com a detenção de recursos qualificações por parte dos indivíduos, considerámos ainda uma análise com base nas estatísticas do INE reportadas ao Inquérito ao Emprego 2000.

Na figura n.º 3, é notória na dimensão 1 a prevalência discriminatória das qualificações adquiridas e das classes sociais.

A observação do posicionamento relativo das categorias destas variáveis reflecte, uma vez mais, o peso muito distintivo, neste conjunto populacional, da escolaridade formal adquirida. Manifesto na oposição entre os que não têm qualquer grau de escolaridade e os que adquiriram pelo menos o ensino básico. Neste último conjunto, é ainda notória uma segmentação expressiva, em

termos de posicionamentos relativos, entre os indivíduos que apenas detêm o grau elementar e o conjunto minoritário que adquiriu pelo menos o secundário.

Também no que respeita ao posicionamento relativo das categorias de classe se evidencia uma relativa polarização desta população: de um lado situam-se, claramente, os indivíduos inseridos nas categorias de profissionais técnicos e de enquadramento e de empresários, dirigentes e profissionais liberais; no outro as categorias de assalariados correspondentes aos segmentos mais desprovidos de recursos económicos e qualificacionais, como os assalariados agrícolas e os operários industriais.

Quanto às restantes categorias, por um lado, de trabalhadores independentes e agricultores independentes, por outro, de empregados executantes, os seus posicionamentos relativos, decorrem, de acordo com os dados apurados, do peso que nelas reveste a respectiva condição perante o trabalho, variável que, globalmente, está sobretudo associada à estruturação da dimensão 2.

Na análise da dimensão 2, o aspecto mais interessante a assinalar consiste na forte oposição, não tanto entre activos versus inactivos, mas antes, entre categorias específicas como os reformados e outros inactivos (entre os quais, nos escalões etários analisados têm maior incidência os cidadãos doentes/incapacitados), os quais se distanciam tanto dos activos como das domésticas.

A observação destas várias categorias no plano topológico delimitado pelos 4 quadrantes, permite sobressair um conjunto de regularidades sociais:

Quadrante 4. Concentra-se aqui a categoria de trabalhadores independentes, sem qualificações formais próprias, ligados à exploração agrícola, caracteristicamente, de auto-subsistência. Com poucos recursos tanto económicos como culturais, os idosos aqui localizados correspondem a um dos segmentos sociais de maior vulnerabilidade à pobreza, a qual, em muitas situações tende mesmo a acompanhar o ciclo de vida destes indivíduos e respectivas famílias. A gravidade deste quadro social é ainda acentuada quando os dois elementos do casal se dedicam à mesma actividade, situação que, nas estatísticas, se traduz com alguma frequência, numa classificação das relações com a actividade do elemento feminino na categoria de domésticas.

Nesta continuidade, é interessante notar, a proximidade, aqui evidenciada, entre as categorias de doméstica e “cônjuge do representante”, o predomínio do género feminino e a incidência de “razões familiares” para abandono de uma actividade anterior. Do ponto de vista dos perfis-tipo, este quadro sugere que estejam aqui posicionados, com maior presença, segmentos que protagonizam padrões sociais de “velhice de pobreza”.

Quadrante 1. Associa as diversas categorias, muito pouco qualificadas, do proletariado agrícola e industrial e, também, alguns segmentos de empregados executantes. O baixo nível de qualificações deste conjunto de pessoas idosas, agora predominantemente na reforma, sugere que estarão aqui, muito provavelmente, segmentos expressivos de indivíduos que na tipologia proposta anteriormente, se localizam nos perfis de “velhice precária” ou mesmo de “velhice de pobreza”. Uma dedução que é ainda reforçada quando se equacionam as diversas dimensões auxiliares de caracterização social destes conjuntos.

Significativamente, entre as razões mais apontadas para abandono da última actividade profissional, destacam-se aqui as “razões de doença” e a “reforma por motivo de saúde”. Estes indicadores indiciam, só por si, um quadro social de velhice fragilizado, onde as despesas de saúde, mesmo que globalmente limitadas, poderão constituir uma fatia pesada dos respectivos orçamentos.

Os restantes elementos de caracterização social, associam, neste quadrante 1, no que respeita aos contextos familiares, desde as famílias unipessoais e os viúvos, até “outro tipo de agregados”. Quanto aos escalões etários, envolvem os indivíduos com 65 e mais anos, onde precisamente a inactividade por reforma é predominante.

Quadrante 2. Reúne, com particular incidência, indivíduos que enquanto activos, correspondem aos trabalhadores por conta de outrem melhor providos de recursos qualificacionais, trabalhadores cuja posição social decorre fundamentalmente da posse desses recursos. Estão aqui localizados os profissionais técnicos e de enquadramento com patamares educacionais que se localizam no secundário ou superior, como se sabe, minoritários no conjunto aqui em análise. Indivíduos que acedem à reforma, sobretudo, por motivos de velhice: Paralelamente, sugere-se ainda uma associação, embora pouco acentuada, com “razões económicas” para abandono da última actividade exercida.

A expressividade que, neste quadrante 2, assume a categoria de solteiros, pode ainda ligar o conjunto de “jovens idosos” aqui posicionados a um protagonismo emergente, tendencialmente, com maior representatividade, de vivência unipessoal, que em parte pode decorrer de constrangimentos ligados ao ciclo de vida ou outros, mas, também, de novos estilos de vida urbanos e novos valores. A análise global deste quadro sugere, assim, que estão aqui posicionados, provavelmente, os padrões de vida que se classificou de “velhice distintiva”.

Quadrante 3. Envolve maioritariamente as categorias da burguesia, cujo posicionamento social decorre, de forma privilegiada, da posse de recursos económicos e, ainda, alguns segmentos de trabalhadores independentes. Este, um lugar de classe, entre nós, caracterizado por alguma heterogeneidade social. Do ponto de vista dos recursos educacionais, estes conjuntos distinguem-se – num quadro global fortemente pauperizado de recursos educacionais – pela detenção de um limiar mínimo, correspondente ao ensino básico. A condição perante o trabalho aqui predominante é ainda a actividade.

De forma significativa, as dimensões auxiliares de caracterização social, associam neste segmento, a masculinidade, o escalão etário de 55-64 anos e os contextos familiares de casados e, também, embora na fronteira com o conjunto anterior (quadrante 3), de divorciados. Os quadros sociais aqui destacados sugerem, em suma, alguma preponderância de perfis-tipo de “velhice autónoma” e, eventualmente, também alguns segmentos caracterizados no padrão de práticas sociais de “velhice remediada”.

Para terminar a comunicação, sublinho apenas que, embora não tomando directamente por objecto de reflexão analítico-conceptual as políticas sociais dirigidas a estes conjuntos, os resultados da análise aqui desenvolvida, contêm elementos que certamente não deverão deixar de ser contemplados por medidas que sejam implementadas nesse âmbito.

Figuras n.º 1

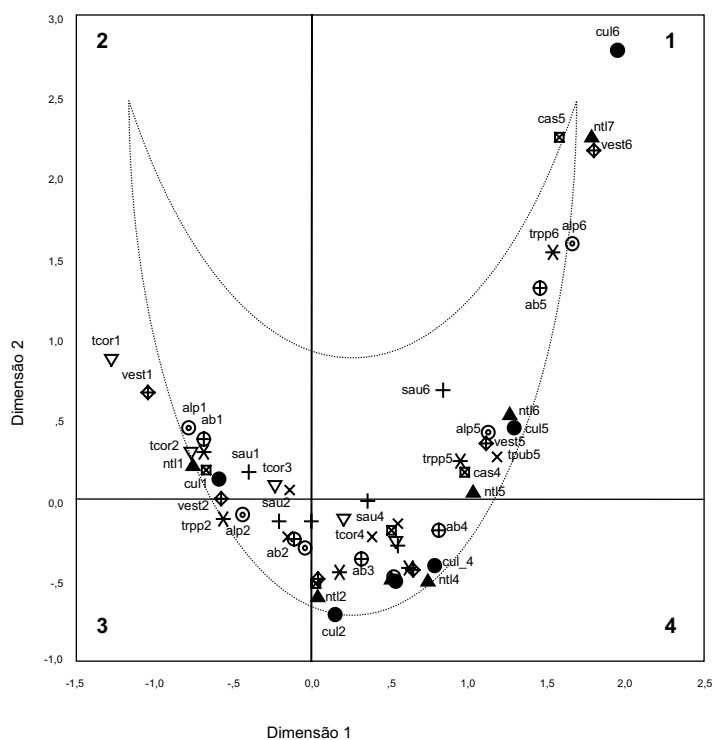


Figura 1 Configuração topológica do espaço de consumos

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 1999-2000.

Nota: Como é sublinhado no quadro 3, nos índices relativos à “alimentação básica”, “habitação” e “tecnologias correntes” o patamar mais baixo (1) representa um consumo mínimo, enquanto nos restantes índices corresponde a não consumo. Esta análise tem por referência a população com 55 e mais anos.

Legenda: ab, alimentação básica; alp, alimentação preparada; cas, habitação; vest, vestuário e imagem pessoal; sau, saúde; trpp, transportes próprios; tpub, transportes públicos; cul, práticas culturais; ntl, novas tecnologias; tcor, tecnologias correntes.

Figura n.º 2

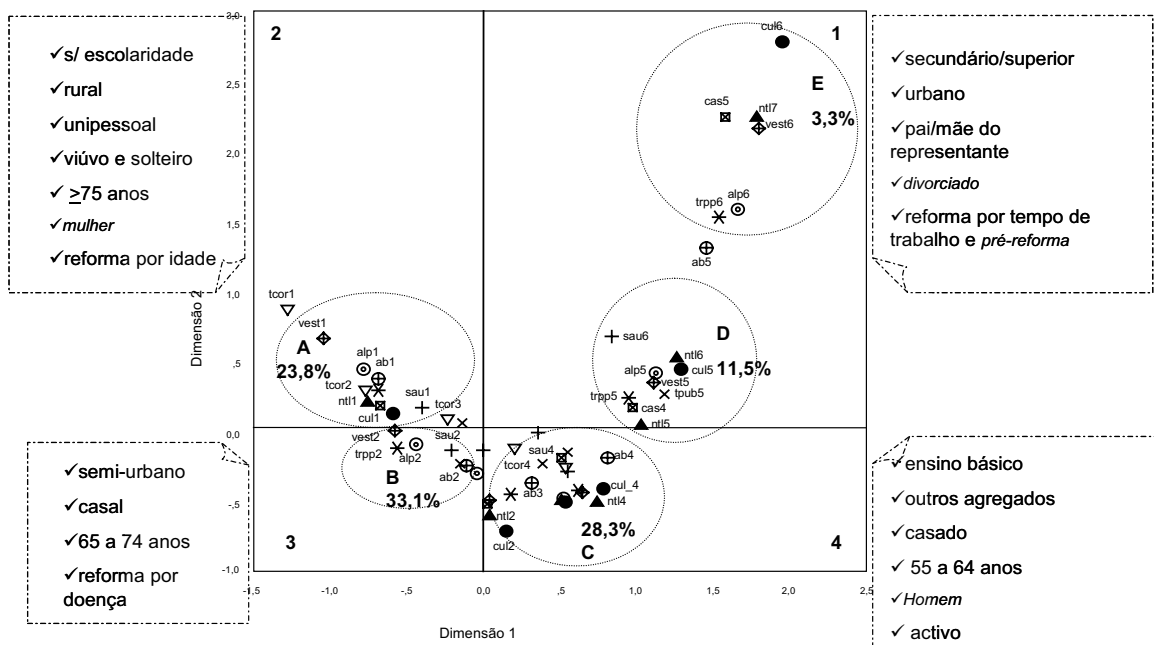


Figura 2 Perfis-tipo de padrões de vida na velhice

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 1999-2000.

Nota: Ver legenda e notas à figura 1. Nesta figura 2 os indicadores reportados nas “janelas” adjacentes a cada quadrante foram projectados em suplementar, não contribuindo assim de forma activa para a estruturação do espaço topológico tal como é aqui ilustrado. O posicionamento relativo desses indicadores no quadrante respectivo reflecte a forma como se conjugam com os padrões de consumo específicos respectivos. As categorias sublinhadas a *itálico* designam um posicionamento no quadrante pouco distintivo.

Figura n.º 3

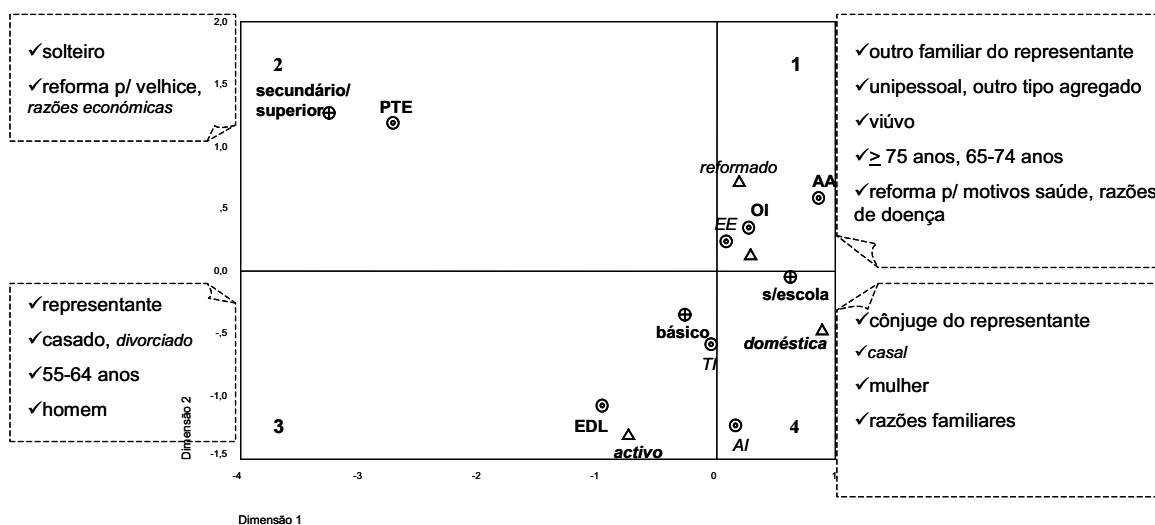


Figura 3 Configuração do espaço das posições sociais das pessoas idosas

Fonte: INE, Base de Microdados do Inquérito ao Emprego, 2.º trimestre de 2000

Notas: A tipologia classificatória proposta neste quadro foi retirada do trabalho de António Firmino da Costa 1999. Corresponde à última actualização da matriz de determinação dos lugares de classe sugerida pela equipa que o autor integra com João Ferreira de Almeida e Fernando Luís Machado. As categorias socioprofissionais aqui contempladas sintetizam diversas combinações entre indicadores como a condição perante o trabalho, a profissão, a situação na profissão e a escolaridade. Neste âmbito, ver também (Almeida 1986, 1999; Almeida, Costa e Machado 1988).

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais; PTE, Profissionais Técnicos e de Enquadramento; TI, Trabalhadores Independentes; AI, Agricultores Independentes; EE, Empregados Executantes; OI, Operários Industriais; AA, Assalariados Agrícolas.